

AGROECOLOGIA NO AGRESTE PARAIBANO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS TERRITORIAIS EM ALAGOA NOVA – PB

Severino Justino Sobrinho ¹
Josias de Castro Galvão ²

RESUMO

Este artigo trata de algumas considerações sobre a Agroecologia no Agreste da Paraíba e os processos territoriais conquistados pelos camponeses com as feiras agroecológicas que acontecem em diversas cidades e como acontece a apropriação de sua produção por uma empresa de hortifrutigranjeiros que tem como parceiros a agricultura familiar camponesa para atender as redes acacarejistas de alimentos no Nordeste. Neste sentido, as organizações como a Ecoborborema, o Polo Sindical da Borborema, a ASP-TA e associações locais atuam para reafirmar as lutas e conquistas dos camponeses por séculos mediante a agricultura convencional ao agronegócio. Desta forma, a Agroecologia surge como enfrentamento às práticas predatórias do meio ambiente e pelo acesso aos mercados locais ou institucionais para a busca de autonomia produtiva pelos camponeses. Para a construção desta pesquisa utilizamos autores que tratam da questão agrária historicamente e como se configura na atualidade assim como também sobre a modernização da agricultura e da agroecologia como resposta as práticas agrícolas dominantes. A metodologia utilizada pautou-se na revisão bibliográfica da temática exposta, trabalhos de campo nas feiras agroecológicas e nos bancos de sementes da paixão e registros fotográficos. Compreendemos que as práticas agroecológicas ganharam notoriedade e visibilidade na sociedade atual, no entanto a agricultura orgânica praticada pela grande propriedade enfraquece muitas vezes as conquistas dos camponeses e suas territorialidades nas feiras agroecológicas.

Palavras-chave: Agroecologia; Monopolização da Agricultura; Perca da Autonomia; Representações sociais.

ABSTRACT

This article deals with some considerations about Agroecology in the Agreste of Paraíba and the territorial processes conquered by peasants with the agroecological fairs that take place in several cities and how the appropriation of their production happens by a fruit and vegetable company that has peasant family farming as partners. to serve the acacarejista food chains in the Northeast. In this sense, organizations such as Ecoborborema, Polo Sindical da Borborema, ASP-TA and local associations work to reaffirm the struggles and achievements of peasants for centuries through conventional agriculture and agribusiness. In this way, Agroecology emerges as a means of confronting predatory environmental practices and providing access to local or institutional markets in the search for productive autonomy by peasants. To construct this research, we used authors who deal with the agrarian issue historically and how it is currently configured, as well as the modernization of agriculture and agroecology as a response to dominant agricultural practices. The methodology used was based on the bibliographical review of the exposed theme, fieldwork at agroecological fairs and passion seed banks and photographic records. We understand that agroecological practices have gained notoriety and visibility in today's society, however organic agriculture practiced by large properties often weakens the achievements of peasants and their territorialities in agroecological fairs.

Keywords: Agroecology; Monopolization of Agriculture; Loss of Autonomy; Social representations.

¹ Doutorando em Geografia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, severinojustinogeografo@gmail.com

² Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, co-autor- josiastcastro@uol.com.br

A agroecologia surge no Brasil, inicialmente, como uma forma de expressão ou de resistência à agricultura convencional, inserida no contexto de uma agricultura alternativa (CARVALHO, 2008). Esse processo de “agriculturas alternativas” dissemina-se no país como resposta aos pacotes tecnológicos adotados pelo Estado para a modernização da agricultura.

Petersen (2017) afirma que a luta por autonomia diante dos atores hegemônicos que dominam o mercado, a política e a produção de valores é um princípio fundador dessas práticas sociais que se desviam da normalidade apregoada pela modernização. Nesse contexto, a agroecologia está correlacionada a temas como segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação e soberania alimentar. Essa prática agrícola, para Guzmán (2002), representa uma alternativa para o camponês trabalhar coletivamente.

Segundo Paulino (2016), as diversas redes que compõem o movimento de agriculturas alternativas tornaram-se a base da institucionalização da agroecologia no país com lutas para uma maior autonomia produtiva de sementes e de mercado. Na Paraíba, a produção agroecológica tomou impulso nos anos de 1980 através de uma parceria interinstitucional constituída pela ASP-TA, Sindicatos e associações, bem como, a Igreja Católica através das CEB`s (Comunidades Eclesiais de Base). Nessa ocasião, houve a ampliação do mercado de orgânicos para atender às exigências do mercado atacadista.

As redes de supermercados possuem capital disponível e conseguem vantagens competitivas nos preços, baseados na eficiência logística e na economia de escala, já que possuem centrais de distribuição próprias e contratos com grandes fornecedores. (PAULA, 1999). De acordo com Oliveira (2007) a terra, sob a égide do capitalismo, deve ser entendida como renda capitalizada, em que o capital tende a subordinar a produção camponesa. No Nordeste, para Andrade (1998), ainda perdura a concentração de terras e de renda, e vem aumentando à medida que as grandes corporações agroindustriais se instalam nas áreas próximas de camponeses para suprimir parte das produções.

Na tentativa de resistir a esses processos de expropriação do campo, bem como garantir a sobrevivência de suas famílias, os agricultores passaram a buscar na agroecologia a garantia de uma vida digna. Isso mostra que “a agroecologia tem capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável, com estratégias de desenvolvimento pautadas na justiça social, combinando esse conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna” (LEFF, 2002, p.41). No Agreste paraibano, em virtude das condições climáticas, da

característica minifundista e da capacidade organizativa e de mobilização social dos agricultores familiares, a agroecologia encontra condições favoráveis para a experimentação.

Cumpramos a atuação da agroempresa Hortaliças Sempre Verde, no território paraibano e em outros estados do Nordeste, com o comércio varejista de hortaliças nos supermercados, a qual vem se expandindo e moldando o território. Dessa forma, ela surge como um novo ator que se diferencia de outras empresas do comércio orgânico, tendo a agricultura familiar agroecológica como fornecedora de produtos orgânico.

Os trabalhos de campo nas férias agroecológicas de Campina Grande e em Alagoa Nova nos levaram a construção deste artigo e entender o processo de resistência da agricultura familiar camponesa nos mercados locais. As imagens desses camponeses nas feiras elucidam essa resistência da agroecologia em meio ao mercado orgânico crescente. Para embasar teoricamente nos apoiaremos em autores que discutem a questão agrária atual e historicamente, assim como aqueles que versam sobre a modernidade, o orgânico, a agroecologia na atualidade, e assim compreendendo o processo de expropriação da produção e da terra camponesa.

Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre o processo de atuação dessa empresa no que se refere ao monopólio territorial e interferência na autonomia agrícola dos agricultores através de suas produções e representações sociais. Assim, tem por objetivo analisar o processo de atuação da agroempresa Hortaliças Sempre Verde no que tange à monopolização do território associada à sua apropriação da produção agrícola proveniente da agricultura familiar de base agroecológica no agreste paraibano, relacionando esse processo a uma provável perda da autonomia conquistada pela agricultura familiar agroecológica.

METODOLOGIA

Como método de abordagem na nossa investigação, elegemos o Materialismo Dialético, tendo em vista que, a partir dele, pode-se melhor visualizar a relação entre a agricultura familiar, a agroecologia e o agronegócio orgânico na organização do espaço agrário, tendo em vista seus conflitos e contradições. Nessa direção, para Konder (2003, p.8), a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Para Marx (1996), a dialética materialista analisa a história do ponto de vista dos processos econômicos e sociais, interpretando a realidade na sua materialidade e concretude de como os homens se organizam na sociedade para a produção e reprodução da vida. A pesquisa de campo torna fundamental para entendermos a dinâmica dos territórios agroecológicos,

bem como a dinâmica dos representantes da agroempresa Hortaliças Sempre Verde, ONGs e principais órgãos institucionais que atuam na região, (Ecoborborema, Polo Sindical e AS-PTA), por meio de suas lideranças.

Desta forma é fundamental aprofundar esta temática e entender como se dá as territorialidades agroecológicas nos centros urbanos e como estão atrelados à dependência tecnológica, subordinação produtiva, analisando as condições de autonomia agrícola dos camponeses, e ainda, até que ponto esses atravessadores expropriam a produção familiar agroecológica.

Aprofundar as discussões atuais sobre as temáticas referentes a agricultura familiar, campesinato, agronegócio é fundamental para entender a questão agrária atual e assim entender o papel da agroecologia neste contexto agrário. O Governo brasileiro sempre pautou políticas agrárias para a grande propriedade latifundiária e o agronegócio ganhou e continua ganhando espaço para o fortalecimento da balança comercial. Só nas últimas décadas é que os mercados institucionais foram objetos de políticas públicas para a Agricultura Familiar foto que só se deu com as lutas pelo acesso a terra, nesta constante dialeticidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao trazer as discussões sobre a temática agrária há a necessidade de entender o processo de ocupação do território brasileiro com as lutas, conquistas e desafios que a agricultura enfrentou e enfrenta atualmente, sobretudo os despossuídos do acesso a terra, os camponeses. A história da formação do Brasil tem como marcas principais a invasão de terras indígenas, a escravidão e a produção do espaço territorial brasileiro sob a égide do modo de produção capitalista. Essas marcas fizeram eclodir nesse espaço as lutas contra o cativo e contra a exploração. A luta pelo acesso à terra é uma ação de resistência frente à intensificação da concentração fundiária, a inserção do capital no campo e contra a exploração e expropriação de camponeses.

Assim, a formação do campesinato no Brasil é de um longo período histórico secular, estando atrelado às bases da constituição do Brasil enquanto Estado-Nação, reforçando a dimensão social do conflito pela terra no país, que é confirmada pela precariedade do seu direito. Essa herança vem dos primeiros movimentos coloniais (capitanias hereditárias), que estabeleceram uma organização do campesinato. Esse posteriormente, sob pressões mutilantes e políticas enviesadas para às famílias camponesas, almeja desenvolver práticas agrícolas e

destas tirarem a subsistência nas terras coloniais. Sendo assim, o Nordeste expressa o centro deste processo de formação, distorção e marchas de ruptura (WANDERLEY, 2014).

A discussão do campesinato ou da definição do que é o modo de vida camponês, relevamos diferentes contrastes e perspectivas que vão se alterando no transcurso dos movimentos histórico-sociais, conforme o devir da história e as demandas sócio-produtivas que são postas pelo modo de produção supracitado. Logo, não há uma única história do campesinato na sociedade, temos múltiplos enfoques, que vão se particularizando em meio a realidade e a organização social para a reprodução da vida na terra. (WOLF, 1976).

A reflexão sobre o campesinato é posta por Eric Wolf (1976) através da análise da complexidade social, pois o campesinato ou modo de existência tem sua constituição dentro de um sistema de desiguais posições sociais, ou seja, da divisão funcional do trabalho que implica numa relação de dominação entre os grupos e com desiguais condições de acesso aos recursos da terra.

Contudo, essa visão do camponês na óptica da desigual situação no cultivar, realizar e colher à sua produção na terra, não é suficiente para se pensar o papel ou condições do campesinato no devir social-histórico, pois todo o processo produtivo está atrelado a uma organização exterior que não só é dominante, mas fomenta esses processos de submissão, isto é, do habitus (BOURDIEU, 1992). Ora, estando em certos momentos sob avanços ou reivindicações mais intensas ou em outros momentos praticamente inertes a tais condições que lhe são postas, logo mostrando mudanças no reproduzir histórico com suas respectivas demandas sócio-produtivas.

Nesta perspectiva, Wanderley (2014), de maneira enfática ao tratar do "modo camponês", destaca que tratar uma parte da dimensão da sociedade, como sendo algo estanque ou simplesmente não ligado ao processo do acompanhamento histórico-processual das relações sociais de produção, elimina qualquer possibilidade de compreender passado ou os fundamentos de construção e ressurgência do campesinato durante os diferentes momentos históricos. Ou seja, tratar o camponês como o arcaico, não civilizado ou aquele que está em uma sociedade a parte, reflete todo um esfacelamento na apreensão deste grupo/classe e modo de organização da vida no espaço rural e com vínculos internos com a família mesmo dentro de um sistema complexo monetário e financeiro.

Desse modo, a mobilização do campesinato em sua unidade de dimensionalidade coletividade na terra e com sua reprodução em uma estrutura econômica de base familiar-subsistência, não se encontra posta de maneira universal na sociedade, sem nenhuma alteração ou capacidade de transformações, mas se reproduz ao longo do devir das relações sociais,

reafirmado o âmago da luta pela produção e dignidade em seu modo de existir e subsistir (MARTINS,1990). Essa perspectiva unilinear de uma rápida substituição do campesinato diante do processo de modernização do capital, encontra-se no cerne da economia política, da sociologia rural e da antropologia evolucionista/funcionalista, que não tratam a organização do camponês como uma classe social destinada ao fim ou simplesmente como uma espécie de epifenômeno congelado no espaço-tempo.

Os nexos da modernização agrícola não se distribuem de forma homogênea em países, regiões e estados. Assim, nesses recortes territoriais, há frações em que há a modernização está presente, outras em que é rarefeita, e aquelas que são bastante densas. Essa dialética inscrita nos territórios agropecuários é governada pelo desenvolvimento desigual e combinado. Santos (1996) mostra que neles há espaços luminosos, intermediários e opacos. Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Após a década de 1960, com o apoio do Estado, a agricultura sofre influência produtiva. Na década de 1970, o modelo ancorado pela mecanização produtiva continua seu projeto de desenvolvimento capitalista no setor agrário. Em pleno período militar no Brasil, a meta de desenvolvimento era impulsionada por órgãos governamentais que instituíam na agricultura a adoção de defensivos químicos para acelerar a produção no ritmo da modernização conservadora que acabara de adentrar o campo brasileiro.

De um lado, o reconhecimento da agricultura familiar se refere a um movimento ou esforço cognitivo e às vezes político-retórico para requalificar e renomear a forma como os camponeses e pequenos produtores eram até então definidos. Mas, por outro lado, trata-se também de atribuir um novo sentido analítico e político, pois a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais e os atores e organizações sociais pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico (DELGADO e BERGAMASO, 2017, p. 85)

Na década de 1980, os movimentos de agricultura alternativa ganham adesões de engenheiros agrônomos. Para Matias (2016), inicia-se uma batalha na luta contra os males da utilização dos agrotóxicos no campo agrícola, opondo-se ao modelo de produção e padrão agrícola degradante e socialmente desigual.

A obra “A Terra e o Homem do Nordeste”, de Manuel Correia de Andrade, busca discutir o processo da organização das relações agrárias e sociais da região Nordeste do Brasil

buscando analisar as classes sociais, a estrutura agrária-regional e os desafios para a superação das condições de produção e reprodução do campesinato do Nordeste.

Andrade apresenta o Nordeste como uma região de contraste e que é pouco estudada como um todo, mas subdivide suas análises mostrando o campesinato nas mesorregiões: zona da mata, agreste, sertão e meio norte. Ressalta que o Nordeste é caracterizado por diversas narrativas, a saber; o Nordeste das crises, o nordeste dos canaviais e o nordeste do subdesenvolvimento. Muito tem sido a dificuldade de delimitação da região Nordeste.

Neste sentido, para Petersen (2013), esse modelo de exploração agropecuária do agronegócio é visto como causador de degradação ambiental, de dependência tecnológica e da exclusão social no campo. Oliveira (2016) também ressalta que, diante da monopolização e territorialização da agricultura crescente, as empresas controlam, através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. Elas tendem a desarticular a coletividade e as organizações políticas camponesas, representadas por seus sindicatos e associações de pequenos produtores da agricultura familiar agroecológica em seus territórios.

O papel da Agroecologia é afirmar a prática agrícola local, dando ênfase à sustentabilidade da agricultura familiar nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos e, aumentando, assim, a renda local. Entretanto, compreendendo o território como relações de poder e tendo em vista as relações no âmbito do espaço rural, continuamente, percebe-se a reestruturação das atividades agrícolas tendendo à monopolização da agroecologia de base familiar pela atuação de agroempresas e suas espacialidades nos centros urbanos, em detrimento das territorialidades conquistadas através das Feiras Agroecológicas pela Agricultura Familiar, conforme aponta Castro (2010).

Assim, compreendemos que a monopolização e espacialidade da empresa rural Hortaliças Sempre Verde figura-se como estratégias capitalistas de reestruturação do espaço agrário que, de acordo com Castro (2010, p.289) “não são apenas processos econômicos, tecnológicos, são decisões políticas e estratégias organizacionais”. A industrialização do latifúndio tende a suprimir a pequena produção, tornando-a cada vez menos significativa, pelo fato de não competir igualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas da agricultura agroecológica estão coadunadas com os aspectos ambientais por elas abrangidos, valorizando o saber do agricultor familiar. Neste sentido, o conhecimento prático dos agricultores é visto como fundamental por favorecer a ampliação da diversidade

genética do ambiente através da seleção e adaptação em campo de sementes de cultivos locais, contribuindo para os “mosaicos coevolutivos” (CARVALHO, 2008).



Banco de sementes do sitio Pau D’Arco em Alagoa Nova-PB e sua Guardiã dona Maricé. Fonte:

Sobrinho: 23/04/2023

As produções agroecológicas surgem no sentido de respaldar a autonomia camponesa frente ao capitalismo agrário. Além de produzir alimentos e matérias-primas, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente equilibradas e de mercado ascendente, apesar de práticas externas a localidade que se apropriam de sua produção e comercialização.

Desta forma, os aspectos exógenos, sobretudo o atravessador, que retira o conhecimento do agricultor local e o colocam dependentes das práticas tecnológicas modernizantes, a agricultura familiar no Brasil, a partir dos anos de 1990, sofre influência de políticas governamentais para um dinamismo de mercado, sobretudo, de um maior desenvolvimento local. (SCHNEIDER, 2016).

As feiras agroecológicas constituem espaços abertos para os agricultores familiares, os quais mantêm uma relação próxima com um público de consumidores que são atraídos pela alimentação sem agrotóxicos e uma vida saudável através da alimentação orgânica. Embora a agricultura familiar agroecológica busque a venda direta ao consumidor final, há outros seguimentos de mercados que buscam na agricultura orgânica um atrativo para o aumento de seu capital.

A ascensão do mercado de produtos naturais e orgânicos segue uma tendência mundial de aumento da demanda por produtos e serviços que proporcionam saúde e bem-estar. Soma-se a esse fator a crescente desconfiança de alguns setores da sociedade em relação à indústria moderna, que trouxe uma série de facilidades à vida cotidiana, mas também aumentou significativamente a manipulação de químicos persistentes no meio ambiente, com graves

consequências para a saúde humana e para os ecossistemas naturais. (DIAS et al., 2015, p. 162)

No agreste paraibano, a agricultura agroecológica representa um potencial agrícola que, apesar de proporcionalmente menor à agricultura convencional, constitui-se significativamente relevante, haja vista os aspectos da saúde, do bem-estar social e da renda das famílias camponesas. O papel da Agroecologia é afirmar a prática agrícola local, dando ênfase à sustentabilidade da agricultura familiar. Entretanto, compreendendo o território como relações de poder e tendo em vista as relações no âmbito do espaço rural, continuamente, percebe-se a reestruturação das atividades agrícolas tendendo à monopolização da agroecologia de base familiar pela atuação de agroempresas e suas especialidades nos centros urbanos, em detrimento das territorialidades conquistadas através das Feiras Agroecológicas pela Agricultura Familiar, conforme aponta Castro (2010).

Essa problemática é constatada na observação dos desafios pelos quais os agricultores agroecológicos vêm passando em seu cotidiano, haja vista os avanços do agronegócio no campo e sua apropriação em relação à produção familiar através de grandes grupos empresariais. Assim, a hipótese que levantamos é a de que está sendo desenvolvido um processo de monopolização do território da agricultura familiar por empresas privadas e com apoio do Estado. O território camponês em que está sendo praticada a agroecologia está passando a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas exógenas.

A agroempresa Hortaliças Sempre Verde atua no ramo da produção e comercialização alimentícia convencional e orgânica, em que a agricultura familiar agroecológica é a fonte de fornecimento dos produtos orgânicos, os camponeses agroecológicos sofrem a interferência da empresa no tocante à apropriação da sua produção agrícola. Petersen (2013) destaca que as trajetórias modernizantes retiram dos agricultores o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando mecanismos que expropriam o saber-fazer (*savoir-faire*) das comunidades rurais e transferindo esse poder para os agentes exógenos.

Empresas que dominam a tecnologia agrícola transgênica no mundo exercem influências em órgãos estatais para que seus produtos sejam difundidos e “aceitos” pelos órgãos estatais que deveriam controlar esses produtos. Essas empresas tendem a unificar a agricultura no mundo, que na atualidade é liderado pelos Estados Unidos. Segundo Andrioli e Fuchs (2008, p.34) “Os EUA não mantêm apenas uma posição de liderança no cultivo de plantas transgênicas, mas também entre os fornecedores de sementes transgênicas e de agrotóxicos”. As principais empresas que fornecem alimentação transgênica e agrotóxica concentram-se nos Estados Unidos que comandam essas tecnologias em todo mundo.



A busca de novas territorialidades advindas das feiras agroecológicas se constitui em uma tentativa de promover a autonomia da agricultura familiar frente à lógica econômica da economia capitalista. A agricultura familiar vem adquirindo organização política, através das organizações não governamentais a exemplo da Ecoborborema (uma associação de produtores agroecológicos do Agreste), do Polo Sindical da Borborema (PSB), além de representações de vários sindicatos da região e de associações locais.



Feira e cartaz da Ecoborborema em Campina Grande-PB. Fonte: Sobrinho: 25/05/2023

A Ecoborborema é uma associação dos pequenos agricultores agroecológicos do compartimento da Borborema, que possui associados em mais de dezesseis municípios com o objetivo de promover a venda da produção familiar diretamente nas feiras agroecológicas. O Polo Sindical da Borborema representa os agricultores da Borborema, numa articulação de sindicatos para organizar a agricultura familiar na região Agreste. Esta entidade tem várias ramificações da agricultura familiar, atuando na distribuição de sementes nativas, mudas frutíferas, cisternas de placas e apoio à produção e às feiras agroecológicas regionais.

O Polo Sindical da Borborema possui cerca de 82 (oitenta e dois) bancos de sementes com sede na cidade de Montadas-PB no Agreste. A associação regional Ecoborborema surgiu no ano de 2002 com o título de “Natal sem veneno”, consistindo numa organização entre agricultores com o objetivo de difundir uma alimentação mais saudável para a população e rentável para sua família. A instituição realiza reuniões e articulações periodicamente e funciona na cidade de Lagoa Seca-PB, na sede do sindicato dos agricultores daquele município.



Exposição e venda de Sementes da Paixão na feria agroecológica de Campina Grande-PB- fonte:
Sobrinho:25/05/2023

Este banco de sementes vem diminuindo gradativamente, pois, os guardiões dessas sementes, seus filhos, muitos não entendem ou se enveredam por outros caminhos e com isso esses bancos de sementes vão se acabando. Assim há a necessidade de políticas públicas e preservem os bancos de sementes comunitários e individuais. Muitos desses produtos são vendidos nas feiras agroecológicas da região agreste.



Seu Zé Pequeno, guardião do banco de sementes do sitio São Tomé em Alagoa Nova-PB expando cartaz de seu banco em uma escola municipal do município no dia 24/05/2023 e dona Maricê outra guardiã das sementes da paixão na feira de Alagoa Nova-PB vendendo frutas, sementes e remédio caseiro na feira que aconteceu dia 25/04/2023 na festa do produtor rural. Fonte: Sobrinho,2023.

A importância da preservação das sementes crioulas é fundamental para o desenvolvimento das práticas educativas e manutenção dos saberes na localidade, e autonomia agrícola, afastando a submissão dos agricultores das grandes empresas multinacionais que detém o monopólio das sementes transgênicas.

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras.

Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país. [...] Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2007.p.161).

As feiras agroecológicas são uma espécie de resultado desse esforço de organização, elas surgem como uma “nova” proposta de consumo, abarcando novos mercados em espaços conquistados em parcerias com entidades sociais como a Ecoborborema e o Polo Sindical etc. Os mercados varejistas e institucionais também fazem parte do dia-a-dia dos agricultores agroecológicos da região através de intermediários que compram e repassam a produção. A presença dos intermediários, mais conhecidos como “atravessadores”, cria dificuldades para os agricultores familiares, uma vez que alimenta as relações de dependência econômica.

Para Altieri (2012), os pequenos agricultores tradicionais cultivam uma grande variedade de cultivares. Muitas dessas plantas são variedades crioulas cultivadas a partir de sementes que são passadas de geração a geração, geneticamente mais heterogêneas do que as cultivares modernas e, portanto, oferecendo maior defesa contra vulnerabilidades e aumentando a segurança da colheita em meio a doenças, pragas, secas e outras adversidades.

Os sujeitos sociais envolvidos no Banco de Sementes da Paixão constituem-se como sujeitos capazes de modificar a realidade em que vivem, a pesar de práticas hegemônicas tentarem homogeneizar a cultura nas localidades. Com o saber tradicional dos camponeses, tiraram das amarras a que estavam submissos às grandes corporações, apesar de alguns camponeses ainda não se desprenderem das submissões a que estão envolvidos.

Assim, compreendemos que a monopolização e espacialidade da empresa rural Hortaliças Sempre Verde figura-se como estratégia capitalista de reestruturação do espaço agrário que, de acordo com Castro (2010, p.289) “não são apenas processos econômicos, tecnológicos, são decisões políticas e estratégias organizacionais”. A industrialização do latifúndio tende a suprimir a pequena produção, tornando-a cada vez menos significativa, pelo fato de não competir igualmente. Dessa forma, a atuação dos movimentos sociais e do Estado geralmente ocorre por meio de uma relação dicotômica em que há um maior favorecimento para as práticas do agronegócio. A seguir temos as imagens de notas das entregas das hortaliças Sempre Verde a redes atacadistas de Pernambuco:



DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA 1
Nº 001.218.669
SÉRIE 1
Página: 1 of 1

CHAVE DE ACESSO
2523 1105 6209 1800 0157 5500 1001 2186 6910 0494 0390

CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO PORTAL NACIONAL DA NF-E
www.nfe.gov.br ou no site da Sefaz Autorizada

PROTÓTIPO DE AUTENTICAÇÃO DE UFDF
325230036651495 22/11/2023 17:49:33

HORTALIÇAS SEMPRE VERDE COM HORT. LTDA
POVOADO DE SAO TOME, S/N Nº 584

ZONA RURAL
ALAGOA NOVA - PB
CEP: 56125-200
FONE: (81)3393-5010
COMPLEXO

DESTINATÁRIO/REMETENTE
EMPRESA: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
ENDEREÇO: AVENIDA CAXANGA 2900
MUNICÍPIO: RECIFE
UF: PE
CEP: 50731000

LOCAL DE ENTREGA
ENDEREÇO: AVENIDA CAXANGA 2900
BARRIO: IPUTINGA
CIDADE: RECIFE
UF: PE
CEP: 50731000

FATURA
A PRAZO
Data de emissão: 21/11/2023
Valor total: 265,00

CÁLCULO DO IMPOSTO
TOTAL DOS PRODUTOS: 265,00
TOTAL DA NOTA: 265,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS
VEICULO: RLV3C59
PLACA DO VEICULO: RLV3C59
UF: PB
EMPRESA: 05620918000157

ENDEREÇO: POVOADO DE SAO TOME, S/N Nº 584 ZONA RURAL
MUNICÍPIO: ALAGOA NOVA
MARCA: HORTALIÇAS
NUMERAÇÃO: 1218669
PESO BRUTO: 0,00
PESO LÍQUIDO: 0,00

QUANT	VL UNITARIO	V. DESC	VL TOTAL	IMP. ICMS	VL ICMS	VL ST	VL ST	VL ICMS ST	VL ICMS ST
4,00	2,50	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50,00	2,20	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40,00	1,90	0,00	76,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10,00	1,70	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20,00	1,90	0,00	38,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2,00	1,80	0,00	3,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3,00	1,80	0,00	5,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2,00	1,80	0,00	3,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2,00	1,80	0,00	3,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota de entrega da Hortaliças Sempre Verde as redes de supermercado em Pernambuco. Fonte: Sobrinho:21/11/2023

01 - HORTALIÇAS SEMPRE VERDE COM HORT. LTDA
Belt Sistemas - Bspac9043 - Emissão de Romaneio de Entrega v.20.07.15.01 [ORCL]
Carregamento 54707
Destino RECIFE

Veículo Motorista 81 - RLV3C59 21 - IVANILO

Código	Cliente	Hora Cheg	Saida	Num Venda	Nº	Pr	Pedido Cob	DI Emissão	DI Venda	Valor	Plano	Pago	Int	Risq	Reemb	L
1	Praca 1000 - ASSAI PAULISTA				1218662	- 1	585759	DB	21/11/2023	27/12/2023	2.488,35		35 DIAS	A	1 - SALICAD	
353	ASSAI PAULISTA			2513688	1		Nfs Listadas - VI Total			2.488,35						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 172,000									
	Praca 1001 - KARNE KEIJO IMBIRIBEIRA				1218668	- 1	585750	DB	21/11/2023	27/12/2023	1.170,75		35 DIAS	A	1 - SALICAD	
350	KARNE KEIJO IMBIRIBEIRA			2513692	1		Nfs Listadas - VI Total			1.170,75						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 90,000									
	Praca 1002 - KARNE KEIJO CASA AMARELA				1218665	- 1	585752	DB	21/11/2023	27/12/2023	596,25		35 DIAS	A	1 - SALICAD	
381	KARNE KEIJO CASA AMARELA			2513689	1		Nfs Listadas - VI Total			596,25						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 50,000									
	Praca 1025 - ASSAI CAMARAGIBE				1218681	- 1	585771	DB	21/11/2023	27/12/2023	3.168,80		35 DIAS	A	1 - SALICAD	
479	ASSAI CAMARAGIBE			2513685	1		Nfs Listadas - VI Total			3.168,80						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 340,000									
	Praca 1029 - 1 EXTRA ESPINHEIRO				1218603	- 1	585681	DB	21/11/2023	16/01/2024	329,50		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
483	EXTRA ESPINHEIRO			2513687	1		Nfs Listadas - VI Total			329,50						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 0,000									
	Praca 5111 - 1 EXTRA DERYD				1218687	- 1	585662	DB	21/11/2023	16/01/2024	310,30		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
485	EXTRA DERYD			2513691	1		Nfs Listadas - VI Total			310,30						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 3,000									
	Praca 5117 - 1 EXTRA AMELIA				1218680	- 1	585664	DB	21/11/2023	16/01/2024	68,80		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
521	MINUTO AMELIA			2513684	1		Nfs Listadas - VI Total			68,80						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 0,000									
	Praca 5121 - 1 EXTRA CONSEL AGUIAR				1218686	- 1	585665	DB	21/11/2023	16/01/2024	144,00		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
491	CONSEL AGUIAR			2513690	1		Nfs Listadas - VI Total			144,00						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 0,000									
	Praca 5126 - 1 EXTRA SUPER BOA VIAGEM				1218659	- 1	585659	DB	21/11/2023	16/01/2024	1.330,50		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
486	EXTRA SUPER BOA VIAGEM			2513683	1		Nfs Listadas - VI Total			1.330,50						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 5,000									
	Praca 5218 - 1 EXTRA CAXANGA				1218689	- 1	585660	DB	21/11/2023	16/01/2024	265,00		55 DIAS	A	1 - SALICAD	
482	EXTRA CAXANGA			2513693	1		Nfs Listadas - VI Total			265,00						
	1,000 Clientes na Praça						Peso por Praça 0,000									
	Praca 5354 - 1 EXTRA FLOR DE SANTANA															

CNPJ 05620918000157 IE 161388507 Endereço POVOADO DE SAO TOME, S/N ZONA RURAL Cidade ALAGOA NOVA PB

Nota dos valores para em produção para ser entregue a diferentes mercados. Fonte: Sobrinho:21/11/2023

Segundo um funcionário da empresa, Hortaliças Sempre Verde, boa parte da produção de hortifrutigrangeiros entregue as redes atacadistas vem da agricultura familiar de base agroecológica do Agreste da Paraíba. Assim, com uma demanda crescente de orgânicos a empresa chama esses agricultores de parceiros para dá conta dos pedidos dos supermercados. Assim, é perceptível a prática da agricultura capitalista com uma apropriação camponesa. Um exemplo deste fato é o coentro que é vendido a 50 ou 70 centavos pelos camponeses, a depender da qualidade, e a empresa, no mês de novembro vende ao supermercado por 1,90\$. Percebe-se uma apropriação da produção camponesa nesta logística.

Têm-se, de acordo com Wilkinson (2016) nos estudos rurais, um dualismo no mercado caracterizado pelo mercado dominante ou convencional e pelos mercados alternativos e suas redes apoiadoras. Neste sentido, no mercado dominante prevalece a lógica de maximização dos lucros, enquanto os mercados alternativos se submetem a essa lógica. “De uma perspectiva macro, o mercado dominante é visto como a expressão do neoliberalismo” (WILKINSON, 2016, p. 53).

Dessa forma, há uma adaptação ao mercado como o que ocorreu com a empresa Hortaliças Sempre Verde, que descobriu nos produtos orgânicos nicho de mercado crescente em espaços de consumo na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Além desses estados outros entraram na rota de comercialização da Hortaliças Sempre Verde como os estados de Alagoas e Ceará onde são vendidas hortaliças e frutas, assim como compras a esses estados.

Assim como a instalação de redes de supermercados em determinados aglomerados humanos, essa atitude ocorre geralmente através de um processo político. Tem-se, nessa perspectiva, a atuação da empresa Hortaliças Sempre Verde nos principais atacarejos das cidades em que atua. A Hortaliças Sempre Verde tem vários parceiros para a compra, tanto de produtos convencionais, como de orgânicos/agroecológicos, no próprio município de Alagoa Nova-PB, e em outros municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento de organizações que defendem a agroecologia nos anos 90, na Paraíba, como a AS-PTA, o Polo Sindical da Borborema, a Ecoborborema e outras entidades, fazem brotar no agreste uma dinâmica produtiva que fortalece o mercado local. Apesar dos avanços com as certificações participativas, os agricultores agroecológicos não conseguem avançar na conquista de mercados, além das feiras agroecológicas locais, pois não tem recursos nem logística para atender ao mercado em expansão e demanda. Eis que, com a Sempre Verde, seus

produtos são levados para supermercados, disseminando a compra de orgânicos, exercendo um monopólio local através da apropriação agroecológica para serem comercializadas por grandes corporações alimentícias.

A agricultura familiar carece de mais recursos estatais para diversificar a produção e, assim, não ficar à mercê das intempéries da entressafra de uma única cultura. Carece ainda de maiores recursos humanos para dar continuidade e acompanhamento da produção de técnicos especializados na área agrícola para estarem diretamente acompanhando esses agricultores, pois o que se tem são assistências pontuais e/ou esporádicas para executar ações como, por exemplo, a implantação de algum programa agrícola, já que não há um acompanhamento e monitoramento da produção.

No Brasil, a agricultura empresarial encontra formas de cada vez mais racionalizar-se e adaptar-se ao mercado exigente. Essa racionalização tem na agricultura familiar o pilar de sustentação para continuidade de estratégias de mercado. Apesar disso, há a persistência das agriculturas alternativas com a agroecologia enquanto alternativa para um viés agrícola tendo os agricultores familiares agroecológicos como protagonistas, mesmo que limitados de seus ideários produtivos e político-sociais, com necessidade de maiores investimentos em políticas públicas que tenha a agricultura familiar como carro-chefe para impulsionar o desenvolvimento rural no Brasil. O desafio é como pensar na emancipação do sujeito social inserido numa situação de exclusão não por opção, mas por condicionantes do sistema que o excluí, buscando uma autonomia produtiva na Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6º ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). **Transgênicos: As sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, 280p.
- CARVALHO, C. X. **Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand. 2010.
- DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DIAS, Valéria Da Veiga. *et al.* O mercado de alimentos orgânicos: Um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n.1, p. 161-182. jan.-mar. 2015.
- GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 18-28, jan./mar. 2002.



- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2003.
- LEFF, H. Agroecologia e Saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, jan./mar. 2002.
- MATIAS, Thiago Lima. **Atores em rede na promoção da Agroecologia**: um estudo das feiras agroecológicas da Microrregião de Campina Grande-PB.2016. Dissertação de mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2016.
- MARX. Livro Primeiro: **O processo de produção do capital**. Tomo 2. Tradução: Regis Barbosa e Flávio Kothe. Coordenação: Paul Singer. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda,1996.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLC, 2007.
- PAULINO, Jonatta Sousa. **O campo científico e a Agroecologia no Brasil**: atores, discursos e políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.
- PAULA, Nilson M. de. Pequenas e médias empresas na indústria agroalimentar. In: MALUF, Renato Sergio; WILKINSON, Jonh (Org.). **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999.
- PETERSEN, P. Agroecologia e a Superação do Paradigma da Modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; e VEZZANI, F. M (Org). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- PETERSEN, P. *et al.* **Olhares Agroecológicos: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros** – 1. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flavia Charão, CONTERATO Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. In: MARQUES, Flavia Charão, CONTERATO Marcelo Antônio e SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- WANDERLEY Maria de Nazareth Baudel. In TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar – realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001.
- WOLF, Eric R. **SOCIEDADES CAMPONESAS**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.